

EIXO TEMÁTICO 5 | AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

SISTEMA DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO: um olhar sobre a meta 07 do plano municipal de educação Teresina (PI)

PERFORMANCE ASSESSMENT SYSTEM: a look at goal 07 of the Teresina municipal education plan (PI)

Dayane Martinelle da Silva Santos¹
Eusilene da Rocha Ferreira²
Cleuma Magalhães e Sousa³
Wirla Risany Lima Carvalho⁴

RESUMO

Este estudo realça a importância do Sistema de Avaliação de Desempenho (SAD), no âmbito do Saeb, para avaliação de políticas públicas e melhoria de indicadores educacionais, como o rendimento e qualidade. Objetiva-se com essa pesquisa, refletir sobre o SAD a partir da meta 07 do Plano Municipal de Educação de Teresina (PME/THE), Lei nº 4.739/2015. Trata-se de um estudo de natureza quali-quantitativa, documental e bibliográfica, cuja metodologia abrangeu análise documental dos resultados alcançados na meta 07 do PME/THE, Lei nº 4.739/2015 e o Relatório de Avaliação do PME/THE 2019/2021; e como aporte teórico utilizou-se Arellano (2012), Castro (2009), Cury (2016), Ribeiro (1991) e Silva e Garcia (2022). Como resultado, destaca-se a importância da participação coletiva no monitoramento e cumprimento das metas do PME/THE. Na análise dos resultados dos indicadores da meta 07, devem ser considerados condicionantes sociais e educacionais da macro e microsfera para o enfrentamento das desigualdades educacionais.

¹ Pedagoga da Semec. Mestra em Gestão e Avaliação da Educação Pública. E-mail: daymartinelle2016@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2831-7037>.

² Professora da Semec. Doutoranda em Educação. E-mail: eusilenerferreira@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0511-1397>.

³ Professora da Semec. Mestra em Gestão e Avaliação da Educação Pública. E-mail: magalhaescleuma@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3566-6454>.

⁴ Professora da UFPI. Doutora em Educação Brasileira. E-mail: profawirlacarvalho@ufpi.edu.br. Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-7057-3822>.

Palavras-chave: Sistema de Avaliação de Desempenho; Políticas Públicas; Saeb; Plano Municipal de Educação de Teresina (PI).

ABSTRACT

This study highlights the importance of the Performance Assessment System (SAD), within the scope of Saeb, for evaluating public policies and improving educational indicators, such as performance and quality. The objective of this research is to reflect on SAD based on goal 07 of the Municipal Education Plan of Teresina (PME/THE), Law nº 4,739/2015. This is a study of a qualitative, documentary and bibliographic nature, whose methodology included documentary analysis of the results achieved in goal 07 of the PME/THE, Law nº 4,739/2015 and the PME/THE Assessment Report 2019/2021; and as theoretical support, Arellano (2012), Castro (2009), Cury (2016), Ribeiro (1991) and Silva e Garcia (2022) were used. As a result, the importance of collective participation in monitoring and meeting PME/THE goals stands out. When analyzing the results of target 07 indicators, social and educational conditions of the macro and microsphere must be considered to combat educational inequalities.

Keywords: Performance Assessment System; Public Policy; Saeb; Municipal Education Plan of Teresina (PI).

1 INTRODUÇÃO

Quando se trata da gestão educacional em nosso país, as políticas públicas podem assumir papel fundamental diante dos complexos desafios, historicamente, imbricados à educação pública, a exemplo da permanência escolar e da qualidade educacional, agravados pelas desigualdades socioeconômicas. A esse respeito, Riani (2013, p. 140) corrobora que a implantação de políticas públicas está inter-relacionada ao caráter transformador da nossa Constituição Brasileira de 1988, afirmadas em suas “normas programáticas de conteúdo social”, que visam garantir os direitos das minorias por meio da imposição normativa da conduta do Estado a fim de concretizá-los.

Desse modo, na agenda da política educacional, o Sistema de Avaliação de Desempenho (SAD) apresenta-se como uma das principais ferramentas de gestão pública utilizada para aferição de resultados em diversas áreas sociais pelos entes federativos, seja na esfera municipal, estadual ou federal, de modo a oferecer indicadores importantes para tomada de decisões. No contexto educacional brasileiro, o SAD apresentou-se de forma mais recente que em outros países, especificamente, no ano de 2005, onde o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb)⁷⁴ passou a ser constituído por duas avaliações, dentre as quais a

⁷⁴ Conforme o Ministério da Educação, com as informações geradas do Saeb e da Prova Brasil, em conjunto com as Secretarias de Educação “(...) podem definir ações de aprimoramento da qualidade da educação no

Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc) ou Prova Brasil, que conforme Silva e Garcia (2022, p. 26) “(...) possibilitou a produção de resultados por escolas públicas de ensino fundamental – anos iniciais e anos finais –, permitindo a implantação de formas de responsabilização”. Desde então, esses resultados de desempenho, junto com os de rendimento escolar, passaram a compor o cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

Dessa forma, o resultado das avaliações em larga escala ou externas tem sido amplamente utilizado para avaliar a qualidade do ensino oferecido pelo sistema educacional brasileiro e, com isso, oferecer parâmetros para as políticas públicas educacionais. Na legislação, essas avaliações estão preconizadas na Constituição Federal de 1988 (CF/88), na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394/1996, e no Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 13.005/2014, e apresentam como finalidade responder aos anseios e necessidades da sociedade, por meio de explicações e argumentos no âmbito da gestão da educação pública, com base em análises das informações obtidas por seus instrumentos (Arellano, 2012; Brooke, 2012; Castro, 2009).

No caso do PNE, em meio à amplitude territorial do Brasil, sobretudo, marcado por complexa diversidade regional, socioeconômica e cultural, é válido realçar seu desdobramento nos Planos de Educação Distrital, Estaduais e Municipais, desse modo, reafirma-se o compromisso de cada ente federado no atendimento às necessidades e anseios educacionais definidos em lei.

Diante do exposto, realizou-se o presente estudo com base na seguinte questão: Qual a importância do SAD para elevação da melhoria de indicadores educacionais, tais como o de rendimento e melhoria da qualidade educacional? Dessa forma, a pesquisa tem como objetivo refletir sobre o SAD a partir dos resultados da meta 07 no Plano Municipal de Educação de Teresina - Piauí (PME/THE), Lei nº 4.739/2015. Quanto à questão metodológica, resulta de uma pesquisa de natureza quali-quantitativa, do tipo documental e bibliográfica, cuja proposta metodológica abrangeu pesquisa dos resultados alcançados na meta 07 do PME/THE, regido pela Lei nº 4.739/2015; no Relatório de Avaliação do PME/THE 2019/2021; e para embasamento teórico, destacaram-se: Arellano (2012), Castro (2009), Cury (2016), Ribeiro (1991) e Silva e Garcia (2022).

Outrossim, a partir desta introdução, a pesquisa tem em sua estrutura o

país e a redução das desigualdades existentes(...)” (Brasil, S/d). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/prova-brasil>.

desenvolvimento, que se subdivide em duas seções, sendo a primeira dedicada à breve reflexão acerca do SAD e do PME/THE; e na segunda analisam-se os resultados da meta 07 do PME/THE e seus reflexos para a permanência e qualidade educacional; além das considerações finais possíveis à luz do estudo realizado.

2 O SISTEMA DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO NO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO TERESINA (PI)

Como os demais planos municipais e estaduais, o Plano Municipal de Educação de Teresina - Piauí (PME/THE), Lei nº 4.739/2015, constitui uma das principais políticas públicas que, em consonância com o PNE, Lei Federal nº 13.005/2014, resulta de um pacto firmado em regime de colaboração entre os entes federados, cujos propósitos devem convergir aos direitos educacionais a serem assegurados à sociedade, conforme art. 205 da CF/88, sobretudo, mediante a Educação constituir um direito de todos perante a lei (Brasil, 2014).

Cury (2016, p. 32) explica que o PNE reflete a “(...) qualidade na e para educação e continuidade gestacionária”, depreende-se, com essa afirmação, o compromisso esperado do Poder Público em assegurar cumprimento de uma importante lei educacional que, de modo geral, volta-se para melhorar a qualidade da educação do país de modo a convergir, por consequência, ao atendimento dos anseios e necessidades da sociedade. Por outro lado, não menos importante, faz-se necessária e contínua mobilização social, fomentada por entidades representativas, quanto à avaliação e acompanhamento de suas metas e estratégias, partindo do pressuposto de que estas constituem parâmetros mínimos dos direitos educacionais fundamentais a serem assegurados.

Nessa perspectiva, com relação ao PME/THE, vigência 2015 a 2025, a avaliação do referido Plano ocorreu, apenas, no ano de 2023, no âmbito da V Conferência Municipal de Teresina (PI), sendo resultado da organização do Fórum Municipal de Teresina (FME/THE), que mobilizou diferentes entidades e instituições sociais, o que resultou no documento intitulado Relatório de Avaliação do Plano Municipal de Educação de Teresina (PME/THE), cuja ideia reuniu síntese das discussões realizadas nessa Conferência (Teresina, 2023).

Com essa iniciativa, pode-se depreender que, apesar de ter ocorrido já quase ao final do decênio, a mobilização buscou o atendimento de uma exigência legal, o que realça a importância dada à etapa de avaliação e monitoramento da política pública. Contudo, ao

entender a avaliação como um elemento norteador de toda e qualquer política, nos remete, também, à reflexão sobre como os resultados revelados ao final de um ciclo do plano educacional poderá favorecer a realização de mudanças direcionadas ao cumprimento de suas metas, restando apenas dois anos para sua finalização.

Quanto à qualidade da educação preconizada nos Planos Educacionais, é de convir que todas as 20 (vinte) metas e suas estratégias, direta ou indiretamente, convergem para o alcance dessa qualidade. No caso da meta 07 do PME/THE, esta se relaciona com o Sistema de Avaliação de Desempenho (SAD) e estabelece “fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb” (Teresina, 2015, p.33).

Nesse intento, no âmbito da gestão das políticas públicas, compreende-se que para a avaliação convergir no alcance dos resultados almejados, em que estes estejam direcionados, por sua vez, aos direitos educacionais estabelecidos em lei, tais como a permanência escolar e a qualidade educacional, sobretudo, na/da educação pública, ações planejadas fazem-se necessárias ao fomento de iniciativas que mobilizem a participação democrática concreta da sociedade na perspectiva do “Estado Democrático de Direito” que legitima a “cidadania ampliada” nos processos decisórios públicos mais amplos, como é estabelecido no art. 1º da Constituição Federal de 1988 (Soares *apud* Cury, 2016).

No tocante aos direitos educacionais, os SAD podem contribuir nas definições de políticas públicas mais assertivas, advindas de debates coletivos. Desse modo, por meio da realização de avaliações externas, a exemplo da Prova Saeb que traz o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), um índice criado pelo governo federal para aferir a qualidade ofertada pelas redes de ensino, avalia-se a educação com base em determinados indicadores, de modo a viabilizar um melhor caminho para delineamento de outras políticas públicas educacionais.

Castro (2009) chama atenção para uma limitação do SAD que deve ser levada em consideração, qual seja: a relação entre a avaliação e o impacto dos seus resultados nos diferentes aspectos do contexto escolar. Conforme Silvia e Garcia (2022), as atuais configurações das políticas de avaliação externa, especificamente, o Saeb e o Ideb tendem por agravar o cenário das desigualdades educacionais no país, com isso, alertam para a necessidade de constituírem fontes que devem ser contextualizadas no momento de sua

elaboração, considerando os interesses e os projetos sociais e de educação que expressam ou omitem.

Afonso (2009a, 2009b) ao explicar o modelo de *Accountability* aborda que existem três pilares: a avaliação, a prestação de contas e a responsabilização. Nesse contexto, remete-se compreender os limites quanto ao alcance do SAD, com destaque aos aspectos socioeconômicos que devem ser considerados no âmbito das análises dos resultados por ele gerados. Reconhece-se, pois, o SAD como uma ferramenta de responsabilização e de fomento ao debate social, capaz de nortear as políticas educacionais, levando em consideração a relação entre o planejamento estratégico avaliativo e os indicadores educacionais que fazem das avaliações de desempenho um sistema. Nesse viés, direcionam-se decisões mais assertivas que favoreçam uma melhor organização educacional e que, de fato, reflitam na melhoria dos resultados da educação (Arellano *et al.*, 2012).

Nesse contexto, a próxima seção dedica-se a uma breve análise da meta 07 do PME/THE, levando em conta os resultados observados nos indicadores educacionais do Ideb, no tocante ao SAD na Rede Pública Municipal de Teresina (PI).

2.1 ANÁLISE DE INDICADORES NA META 07 DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO TERESINA (PI)

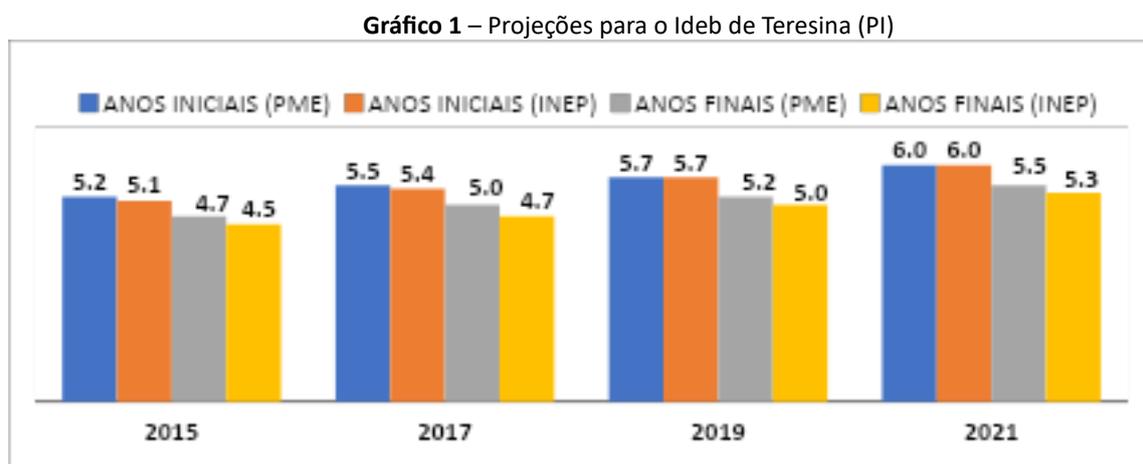
No âmbito dos SAD, o Ideb apresentado na meta 07 do PME/THE, representa uma das principais políticas de avaliação educacional no Brasil, importante balizador para avaliação das políticas educacionais no enfrentamento das desigualdades na educação. Ele sintetiza dois indicadores importantes, o aprendizado e o fluxo escolar, sendo o primeiro aferido mediante a Prova do Saeb nas turmas de 5º e 9º anos do ensino fundamental, cujo resultado é estabelecido numa escala de 0 a 10.

Quanto ao fluxo escolar, este tem como condicionante outro indicador importante, o rendimento escolar. Cabe ressaltar que enquanto este envolve as taxas de aprovação e de não aprovação⁷⁵; o fluxo escolar avalia a transição dos estudantes entre dois anos consecutivos, ou seja, considera dados de promoção, repetência, migração para Educação de Jovens e Adultos (EJA), além da evasão.

⁷⁵ Taxa de não aprovação refere-se à soma das taxas de reprovação e abandono escolar, que ocorrem no ano letivo em curso. Disponível em: <https://conteudos.qedu.org.br/academia/taxas-de-rendimento/>.

Apesar de existirem limitações nos SAD, estes se constituem uma ferramenta institucional e estratégica do setor público que viabiliza a responsabilização no *Accountability* educacional e o debate social de forma flexível. Antes, a qualidade educacional no país era aferida, apenas pelos indicadores de acesso e permanência, mas esses indicadores não dão conta dos subsídios para a melhoria do sistema educacional (Arellano, 2012; Castro, 2009).

Como base no Gráfico 1, é possível observar as médias projetadas para o Ideb no período de 2015 a 2021, nos anos iniciais e finais do ensino fundamental na Rede Pública Municipal de Teresina (PI), estabelecidas pelo PME/THE e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP). Analisa-se nesses dados a presença de uma variação no estabelecimento dessas metas, considerando o referido intervalo, com maior percentual fixado no PME/THE, com exceção dos anos de 2019 e 2021, anos iniciais do ensino fundamental, cujas metas são as mesmas.



Fonte: Elaboração das autoras a partir do PME (Teresina, 2015) e do site QEdu.

Ainda com base nos dados de projeção do Ideb, o Relatório de Avaliação do PME/THE 2019/2021, elaborado com ampla participação de representantes de instituições e entidades públicas e privadas, no âmbito da meta 07 do PME/THE, evidência realização de análise com base nas projeções do INEP, desconsiderando as metas previstas no PME/THE para o município de Teresina.

Ao relacionar os dados projetados no PME/THE, com base no Gráfico 1, aos dados apresentados nos Gráficos 2 e 3, foi possível constatar que, apenas, nos anos de 2013 e 2021 a rede municipal não alcançou a meta projetada. Depreende-se, quanto à queda do índice no ano de 2021, que essa possa ser atribuída ao contexto pandêmico do Covid-19.

Gráfico 2 – Série histórica do Ideb anos iniciais do ensino fundamental na Rede Pública Municipal de Teresina (PI)



Fonte: Elaboração das autoras a partir do site QEdU.

Gráfico 3 – Série histórica do Ideb anos finais do ensino fundamental na Rede Pública Municipal de Teresina (PI)



Fonte: Elaboração das autoras a partir do site QEdU.

Ainda com base nos Gráficos 2 e 3, chama atenção o período de 2015 a 2019, onde a rede municipal conseguiu suplantar a referida meta tanto nos anos iniciais quanto nos anos finais do ensino fundamental, o que se remete à reflexão sobre que possíveis ações no âmbito da gestão pública foram realizadas para reverberar no alcance de tais índices. Com base no Relatório sobre a meta 07 do PME/THE, algumas ações na rede municipal foram relacionadas para explicar tais resultados, entre as quais: às diretrizes curriculares, aos programas de alfabetização e reforço escolar, provas de rede, formação de professores e gestores, política de valorização ao mérito e protocolo direcionado à prevenção e enfrentamento da vulnerabilidade e riscos pessoais (Teresina, 2023).

Com relação a esse intervalo, 2015 a 2019, marcado por um expressivo crescimento do índice educacional, presume-se que os resultados convirjam com taxas de promoção e aprovação favoráveis e consequentes taxas de repetência e não-aprovação com percentuais inexpressivos, especialmente, nos anos ímpares de avaliação do Saeb, como ilustra o Gráfico 4, com percentual de não aprovação neste período:

Gráfico 4: Evolução das taxas de não aprovação no ensino fundamental da Rede Pública Municipal de Teresina (PI)



Fonte: Elaboração das autoras com base nos dados do site Qedu.

No Gráfico 4, é possível observar a concentração da reprovção e abandono nos anos finais do ensino fundamental. Nos anos pares, 2016 e 2018, destaca-se o crescimento dos indicadores ao ser comparado com o ano imediatamente anterior, como uma “sanfona” os resultados não demonstram um contínuo, questiona-se, com isso, por que os dados de não aprovação diminuem apenas nos anos ímpares em que ocorre a aplicação da Prova Brasil e, conseqüente, composiçõ do Ideb, que consideram para esse cálculo os dados de rendimento e fluxo escolar ?

Acresce que, no ano de 2021, obteve-se menor percentual de não aprovação e esse alcance pode ser explicado pela Resolução nº 2/2020 do Conselho Nacional da Educaçõ (CNE) direcionado às secretarias e instituições de ensino de todo o país, onde apresentou recomendaçõ quanto à redefiniçõ de critérios para a promoçõ dos estudantes em decorrência dos danos educacionais acirrados pelo contexto pandêmico do Covid-19, como uma das formas de minimizar as desigualdades educacionais.

Ribeiro (1991, p. 15) explica que “a repetência tende a provocar novas repetências, ao contrário do que sugere a cultura pedagógica brasileira de que repetir ajuda a criança a progredir em seus estudos”. Dessa maneira, embora os resultados de rendimento e fluxo escolar tenham alcançado bons percentuais no PME/THE, ao adentrar um pouco mais nessa análise, observa-se que ainda é preciso refletir sobre os efeitos negativos desses indicadores.

Entende-se, pois, que a reprovção dos estudantes corrobora o agravo das desigualdades e que melhorar as taxas de rendimento e fluxo escolar independe do ano em que ocorrerá a avaliaçõ do Saeb. Enquanto não houver reflexõ sobre esse problema de forma mais ampla, para além da preocupaçõ com indicadores, pela gestõ pública como um todo, continuará sendo um problema que hora é mascarado, hora é revelado. É preciso compreender

que nesse processo dual, a reprovação traz mais malefícios que benefícios e acaba por manter a desigualdade social.

3 CONCLUSÃO

Com a presente pesquisa, que constituiu apenas um ensaio, dada a complexidade envolvendo o SAD, foi possível depreender a importância do cumprimento da meta 07 do PME/THE, Entende-se o SAD como importante mecanismo no direcionamento da avaliação em larga escala, especialmente, com a Prova do Saeb e o Ideb, enquanto ferramentas importantes a serem consideradas no tocante ao diagnóstico da qualidade educacional e, com isso, viabilizar o (re)direcionamento das políticas educacionais em todas as esferas públicas, sobretudo, no enfrentamento de desafios educacionais, como os relacionados à permanência escolar e qualidade da educação básica dos estudantes da Rede Municipal de Teresina (PI). Outrossim, entende-se que o SAD apresenta limitações que não podem ser ignoradas nas análises requeridas pelos profissionais da educação, envolvendo avaliação externa e suas variáveis que são complexas, mas necessárias no tocante à apropriação dos resultados.

Ademais, importa elucidar a importância da avaliação em larga escala ao SAD, bem como a contínua reflexão sobre o fluxo escolar, no bojo da avaliação e monitoramento da gestão das políticas públicas educacionais, fazendo-se necessária à democratização de outros direitos, como o relacionado à alfabetização e escolarização na idade recomendada, que devem estar em sintonia no tocante à qualidade da educação pública para uma sociedade diferente, mais justa e igualitária.

Neste sentido, amplia-se o olhar sobre a importância da participação coletiva no monitoramento e cumprimento das metas do Plano para o alcance da educação como um direito de todos, desde que nesse processo análises sejam consideradas condicionantes sociais e educacionais da macro e microesfera, ou seja, direcionados tanto ao poder público quanto aos profissionais da educação e comunidade escolar.

No breve estudo, destaca-se a participação plural como quesito indispensável no debate das políticas públicas, em andamento, direcionadas ao cumprimento do PME. Presume-se, portanto, que uma gestão participativa e democrática condiciona o desdobramento de políticas mais assertivas em meio aos direitos e necessidades fundamentais da educação.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo Janela. Políticas avaliativas e accountability em educação: subsídios para um debate ibero-americano. **Sísifo: Revista de Ciências da Educação**, Lisboa, n. 9, p. 57-69, maio/ago. 2009a.

AFONSO, Almerindo Janela. Nem tudo o que conta em educação é mensurável ou comparável: crítica à accountability baseada em testes estandardizados e rankings escolares. **Revista Lusófona de Educação**, Lisboa, n. 13, p. 13-29, 2009b.

ARELLANO, D. et al. **Sistemas de evaluación del desempeño para organizaciones públicas: ¿Cómo construir los efectivamente?** México, D.F.: Centro de Investigación y Docencia Económicas, 2012. CAED/UFJF.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm_ Acesso em: 20 set 2023.

_____, Ministério da Educação. **Planejando a próxima década: conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação**. Brasília, 2014. Disponível em: http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf. Acessado em 02 de abr. 2020.

_____. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 26 jun. 2014. 2015.

BROOKE, N. **Marcos históricos na reforma da educação**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. p. 325-332.

CASTRO, M. H. G. A consolidação da política de avaliação da educação básica no Brasil. **Meta: Avaliação**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, p.271-296, set./dez. 2009. Disponível em: <http://ppgp4.caedufjf.net/mod/resource/view.php?id=5786> . Acesso em 09 abr. 2024.

TERESINA, Prefeitura Municipal. **Secretaria Municipal de Educação: Plano Municipal de Educação**. Teresina: UPJ Produções, 2015.

_____, Prefeitura Municipal. **Secretaria Municipal de Educação: Relatório de Avaliação do Plano Municipal de Educação 2019/2021**. RODRIGUES, Francisco das Chagas; NEVES, Hostiza Machado Vieira. Teresina: UPJ Produções, 2023.

RIANI, Frederico Augusto d'Avila. **Constituições Programáticas, Funções Estatais, Políticas Públicas e a (In)competência do Judiciário**. Sequência. Florianópolis, v. 34, n. 66, jul. 2013, p. 137-160.

RIBEIRO, S. C. **A pedagogia da repetência**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 12, n. 5, p. 7- 21, 1991. Disponível em: scielo.br/j/ea/a/JyfPSdxSCrxKHxV6H3whNNz/?format=pdf&lang=pt .

Acesso em: 05 abr. 2024.

SILVA, A. F. da S.; GARCIA, L. T. dos S. G. Desigualdades, avaliação externa da educação básica e as (re)configurações do Saeb: breves reflexes. In.: SOUZA, A. S.; FRANÇA, M.; ANDRADE, M. E. de (Orgs.). **Políticas de educação básica, avaliações de sistemas e financiamento**. v. 2. Anpae, 2022.